

A importância de reconhecer nossos limites

Esse título é autoexplicativo. Não haveria necessidade de entrar em detalhes para equacionar sua importância no estado atual da cirurgia plástica no Brasil e mesmo no cenário internacional. Todos já sabem. Procede porém bater nessa tecla e registrar alguns aspectos nem sempre lembrados, mesmo em outras especialidades, sobre a necessidade de o médico reconhecer suas limitações. Esse detalhe está diretamente ligado à educação de base, ao ego, à consciência e à importância de ganhar seu provento. Vendemos nossa profissão, porém dentro da dignidade, do respeito a quem nos procura e dentro de nossas limitações e possibilidades. Esses aspectos estão inseridos nos critérios mais lógicos e coerentes do custo e benefício. Apesar de as discussões acadêmicas da cirurgia plástica nas áreas de estética e reparadora serem ou não de meio ou de fim, parte-se da lógica que não tem sentido realizar alguma cirurgia para ficar igual ou pior, porém sempre melhor. Como em qualquer ato operatório, existem os riscos calculados, o nível de qualidade prometido antes da cirurgia e a satisfação de oferecer menos e se obter mais. O inverso tem causado rupturas na relação médico-paciente, cujos efeitos vão desde a insatisfação até os processos judiciais.

A evolução da cirurgia plástica nas últimas décadas tem sido contínua e ininterrupta. Em particular a chamada cirurgia estética, realizada em pacientes e não doentes, saiu do estágio de segredo de estado para a liberação de status social. Comentar em público sobre os volumes de suas próteses mamárias ou glúteas transformou-se em colóquio semelhante ao falar ou escrever sobre moda, passeios, festas, etc. Não sabemos se estamos num estágio para distinguir o que se chama de banalização ou de integração natural da cultura na sociedade humana. Obviamente nos diversos países esses comportamentos ainda são diferentes. De modo geral, essa difusão é mais ampla nos países de clima tropical e de religião católica, e muito menos liberal nos de religião islâmica e nos de clima temperado. Não sabemos o que mais poderá ocorrer no futuro, nas diversas culturas. O tempo dirá!

O que importa realmente é reconhecer as limitações tanto na vida profissional como na relação humana. Como foi registrado, o ego e a ambição pecuniária têm determinado um comportamento pouco moral e ético. Recusar um tratamento a algum paciente e triar a quem de direito constitui um ato nobre e de respeito, cuja finalidade é o bem de quem confia em nosso trabalho. Lamentavelmente, temos observado de maneira constrangedora o volume de pessoas operadas cuja qualidade dos resultados não atinge o mínimo justificável para sua execução, concluindo-se pela imperícia do executor, sem se considerar a imprudência de ter assumido a responsabilidade de aceitar tal compromisso. As estatísticas sobre essas ocorrências que chegam aos Conselhos Regionais de Medicina (CRM) dos diversos estados da federação registram predominância absoluta (cerca de 80%) dos processos aplicados a médicos que realizam cirurgias plásticas que militam em outras especialidades sem serem qualificados para tal, caracterizando unicamente o interesse pecuniário. A Constituição Brasileira habilita o médico a executar qualquer tipo de tratamento desde que esteja devidamente registrado no CRM de seu estado, porém a não qualificação dos resultados prometidos os tem levado às barras dos tribunais.

A indústria dos processos contra os médicos tem crescido em todo o mundo por não lembrar que “dizer não ao paciente não coloca dinheiro no bolso, porém aumenta o respeito e a credibilidade a sua pessoa”. Enviamos um sem número de vezes pacientes com problemas fora dos limites de nossa qualificação para colegas mais bem habilitados. Fizemos também parceria com colegas para melhor qualificar resultados, porém sempre sob conhecimento dos pacientes que pagavam o colega por seu trabalho. O inverso não achamos recomendável.

Apesar de otimistas, não cremos efetivamente que haja retorno no comportamento e que colegas fora da especialidade deixem de praticar atos cirúrgicos espontaneamente, sem a interferência marcante e pesada nas punições pela má prática.

Ricardo Baroudi
Editor

Dov Charles Goldenberg
Editor Associado